



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

10.660

Presidente da Mesa Diretora: Martins Lima Filho

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Adjuntos, Chefes de Sessão e Divisão do Executivo e de Vereadores

Autoria: Mesa Diretora

Data: 06/01/2024

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 12/2024. Dispõe sobre a fixação de subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Montes Claros, para a Legislatura 2025 a 2028, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.652, de 02/02/2024).

Controle Interno – Caixa: 24

Posição: 17

Número de folhas: 06



Nº 02/2024

01.02.2024

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 12/2024

Lei Nº 5652, de 02/02/2024

AUTOR:

Mesa Diretora.

ASSUNTO:

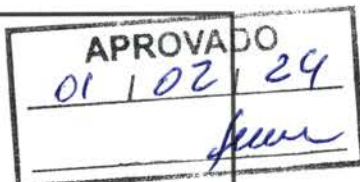
**Dispõe Sobre a Fixação de Subsídios dos Vereadores para a
Legislatura de 2025 a 2028 e dá Outras Providências**

MOVIMENTO

- 1 - Entrada dia - 06/01/2024
- 2 - Comissão Legislação e Justiça.
- 3 - Comissão de Finanças Orçamento Tomada de Contas.
- 4 - **APROVADO EM REGIME DE URGENCIA**
- 5 - **EM 01-02-2024**
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS –



PROJETO DE LEI Nº 12/2024

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA DE 2025 A 2028 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG, por meio de seus representantes, aprova e o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica fixado em parcela única no Valor de R\$ 20.864,78 (vinte mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos), os subsídios mensais dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal Montes Claros/MG, para a legislatura de 2025/2028.

Art. 2º. Ficam vedadas verbas de representação, gratificações ou quaisquer adicionais remuneratórios, de que natureza for, aos subsídios mensais ora fixados.

Art. 3º. Os subsídios fixados no artigo 1º serão recompostos anualmente, sempre no mês de janeiro, utilizando-se como índice para a recomposição do valor da moeda, índice oficial emitido por órgão governamental dos últimos 12 meses .

Parágrafo único: A primeira recomposição ocorrerá a partir do mês de janeiro/2026.

Art. 4º. O Vereador fará jus a uma parcela correspondente aos valores do subsídio, a ser paga no mês de dezembro, proporcionalmente ao efetivo exercício do mandato parlamentar no ano.

Art. 5º. Os subsídios ora fixados para os Vereadores não poderão ultrapassar os limites estabelecidos pela Constituição Federal, especialmente os estabelecidos pela emenda constitucional nº 25 e pela Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 6º. Os recursos para satisfazer as despesas decorrentes desta Lei serão os previstos nos orçamentos anuais.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2025.

Montes Claros, 26 de janeiro de 2024

Mesa Diretora-2023/2024

Martins Lima Filho

Presidente

Igor Gustavo Dias

Primeiro Secretário

Maria Helena de Quadros Lopes

Vice-Presidente

Wilton Afonso Dias Soares

Segundo Secretário

Comissão de Legislação, Justiça e Redação

O projeto de Lei é legal e Constitucional.

Pontas Claras, 01 de Fevereiro de 2024.



Pres. da

Comissão de finanças, orçamento e
tornadas de conta.

Somos favoráveis à aprovação da
matéria pelo plenário

M. elyos 01 de fevereiro/24









CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

1 – JUSTIFICATIVA

O presente estudo visa demonstrar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro advindo de Projeto de Lei 2024, que ***“dispõe sobre a fixação de subsídios dos vereadores para a Legislatura de 2025 a 2028 e dá outras providências”***.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal nº 101/2000) exige, para aumento de despesa, os seguintes requisitos:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Portanto, no presente estudo faz-se constar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

2 – INFORMAÇÕES

2.1 – Projeto de Lei

I – Fixação de subsídios dos vereadores para a Legislatura de 2025 a 2028;

II – O subsídio não poderá ultrapassar o limite previsto no inciso VI, alínea ‘e’ do artigo 29 da Constituição Federal.

2.2 – Legislação Orçamentária

I - Lei Municipal nº 5.458, de 23 de junho de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias);

II - Lei Municipal nº 5.400, de 15 de dezembro de 2021 (Plano Plurianual 2022-2025).

3 – METODOLOGIA

A projeção da despesa decorrente da fixação dos subsídios dos vereadores, leva-se em conta os exercícios fiscais de 2025, 2026, 2027 e 2028 serão utilizados os valores relativos às dotações 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas e 3.1.90.13 e 3.1.91.13 – Obrigações Patronais, na presente estimativa orçamentária financeira.

No que diz respeito às projeções, para os exercícios de 2025 e 2026 foi obedecido ao limite previsto no inciso VI, alínea ‘e’ do artigo 29 da Constituição Federal;

“e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;”

Levando-se em consideração o aumento de despesa em virtude da fixação dos subsídios dos vereadores, abaixo a análise individual de cada despesa:

Tabela 1 - Memória de Cálculo Valor dos Subsídios

Valor do subsídio mensal do Deputado Estadual (Lei Estadual nº 24.266/2022)	Limite vereadores	Subsídios Vereadores
01/02/2024 a 31/01/2025 – R\$33.006,39	60%	R\$19.803,83
01/02/2025 a 31/01/2026 – R\$34.774,64	60%	R\$20.864,78

[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

Tabela 2 - Memória de Cálculo – Incremento de Despesa

Atualização dos subsídios	Subsídios	Ajuda de custo dezembro/2025	Projeção até 31/12/2025	Projeção 2026	Projeção 2027	Projeção 2028
	31.381,58	31.381,58	407.960,48	441.557,22	454.803,94	468.448,05

Tabela 2.1 - Memória de Cálculo – Incremento de Despesa

Obrigações patronais	Obrigações Patronais	Projeção até 31/12/2025	Projeção 2026	Projeção 2027	Projeção 2028
	7.065,06	91.845,77	99.409,54	102.391,83	105.463,58

Tabela 3 - Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro

Impacto do aumento de gasto com pessoal e obrigações patronais sobre o Orçamento 2024	Gasto Total Estimado 2024	Orçamento	Impacto
	0,00	35.721.435,68	0,00%
Impacto sobre Limite Constitucional (art. 29-A, §1º, CRFB/88)	Gasto Estimado com Pessoal	Orçamento (limite 70%)	Impacto
	191.358,38	25.005.004,97	0,77%
Impacto do aumento de gasto com pessoal sobre o Orçamento 2024	Gasto Estimado 2024	Orçamento	Impacto
	0,00	35.721.435,68	0,00%
Impacto do aumento de gasto com pessoal sobre o Orçamento 2025	Gasto Estimado 2025	Orçamento	Impacto
	407.960,48	24.833.200,00	1,64%
Impacto do aumento de gasto com pessoal sobre o Orçamento 2026	Gasto Estimado 2026	Orçamento	Impacto
	441.557,22	37.100.000,00	1,19%
Impacto do aumento de gasto com pessoal sobre o Orçamento 2027	Gasto Estimado 2027	Orçamento	Impacto
	454.803,94	38.213.000,00	1,19%
Impacto do aumento de gasto com pessoal sobre o Orçamento 2028	Gasto Estimado 2028	Orçamento	Impacto
	468.448,05	39.359.390,00	1,19%

A tabela 3 indica a estimativa de impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2025, 2026, 2027 e 2028.

Vale ressaltar que durante a execução orçamentária de 2023 e 2024 foi necessária a solicitação de suplementação de dotações do legislativo com anulação de dotações do Executivo, a fim de readequar o orçamento, haja vista a arrecadação superior ao estimado para a construção do orçamento, impactando diretamente nos valores recebidos pela Câmara Municipal.

4 – CONCLUSÃO

Considerando as informações apresentadas nas tabelas acima verifica-se que o presente estudo vinculado à fixação dos subsídios com base na Lei Estadual nº 24.266/2022 e que o subsídio não poderá ultrapassar o limite previsto no inciso VI, alínea ‘e’ do artigo 29 da Constituição Federal, resultando no aumento de gasto de R\$407.960,48, R\$441.557,20, R\$454.803,94 e R\$468.448,05 respectivamente nos exercícios de 2025, 2026, 2027 e 2028:

- I - atende aos requisitos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal,
- II - com observância ao limite de 70% de gasto com pessoal,
- III - não ultrapassa 5% da receita do município com o Poder Legislativo,
- IV - as despesas não afetarão o orçamento para o exercício de 2024 e,
- V - está de acordo com as previsões constantes da LDO e PPA.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

Concluímos, com base na estimativa acima, não há que se falar em impacto financeiro para o exercício de 2024, pois o Projeto de Lei só entrará em vigor nos próximos exercícios.

Montes Claros-MG., 26 de janeiro de 2024


FERNANDA MIGUEL MARQUES FAGUNDES

Assistente Técnica Administrativa
Contadora CRC/MG 59976


ADAILTON DA SILVA OLIVEIRA

Coordenador de Contabilidade
Contador CRC/MG 119441

5 – DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DA DESPESA

(art. 16, inciso II da LC 101/2000)

Declaro, para os devidos fins que o aumento da despesa supracitada, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e está compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Montes Claros/MG, 26 de janeiro de 2024


MARTINS LIMA FILHO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL